



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA	DOD N° 81/2024
1. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATANTE	
<p>Razão Social: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM.</p> <p>CNPJ nº: 03.183.937/0001-38</p> <p>Endereço: Avenida Constantino Nery, nº 5733, Flores, CEP 69058-795.</p> <p>Cidade: Manaus Estado: Amazonas</p> <p>Equipe de Planejamento da Contratação: Maria Cristina Terço dos S. da Silva / Assessora/GERAD-APOIO Júlia Maria Garcia Castro / Especialista de Fomento/GERAD-APOIO Márcia Campelo da Silva / Assessora – GEPEC Ívia Victória M. Lima de Mattos Especialista de Fomento /GEPEC</p>	
2. OBJETO	
<p>2.1. Produto ou serviço a ser contratado:</p> <p>2.1.1. Aquisição de Material de Consumo (água mineral) para atender à demanda interna da AFEAM, sob o Sistema de Registro de Preços, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo.</p>	
2.2. Característica do Objeto	
<p>2.2.1. O objeto, Aquisição de Material de Consumo (Água Mineral), é considerado comum.</p>	
2.3. Subcontratação	
<p>2.3.1. Não será realizada subcontratação do objeto.</p>	
3. JUSTIFICATIVA	
<p>3.1. A contratação se justifica em razão da necessidade de se atender à demanda da AFEAM, para o período de 12 (doze) meses;</p> <p>3.2. A contratação objetiva evitar a aquisição descentralizada desses produtos, representando assim uma redução nos custos e a garantia de fornecimento de produtos de boa qualidade;</p> <p>3.3. A despesa dessa contratação está contemplada no Planejamento Estratégico da AFEAM na rubrica 8.1.7.03.00.000 – DESPESA DE ÁGUA, ENERGIA E GÁS, Subconta: 8.1.7.03.00.001 – ÁGUA MINERAL;</p>	



4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO E DO QUANTITATIVO

4.1 Especificações e quantidades:

4.1.1 Os produtos a serem adquiridos, são os discriminados abaixo por grupo:

ITENS	QNT.	UNID.	CAT-MAT	DESCRIÇÃO TÉCNICA MINUCIOSA DO MATERIAL
1	5.000	Garrafão 20 litros	445495	<p>Água mineral (sem gás) acondicionada em vasilhame (garrafão) retornável, de material plástico de 20 (vinte) litros, lacrados e sem sinais de violação, com lacre de segurança, envasados de acordo com as normas estabelecidas pela ANVISA, bem como as normas de qualidade vigentes, devendo constar no rótulo a marca, data de fabricação e o prazo de validade a partir da data do envase. Os vasilhames deverão ser entregues novos e limpos.</p> <p>Marca ou modelo de referência: Santa Cláudia, Yara, Água Crim, Água Boa, Toya ou qualidade similar ou superior.</p>
2	40	UN	402921	<p>Vasilhame Galão de Água Mineral Garrafão Plástico de 20 Litros. PRODUTO NOVO, FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA DE 1ª QUALIDADE, SUPER RESISTENTE E COM 80% DE VIDA ÚTIL, NO MÍNIMO. Produto Fabricado dentro dos padrões de certificação da legislação vigente.</p> <p>Marca ou modelo de referência: Santa Cláudia, Yara, Água Crim, Água Boa, Toya ou qualidade similar ou superior.</p> <p>O item será solicitado por demanda, somente para fins de ressarcimento; A data de fabricação e validade deverá estar estampada na embalagem.</p>

4.1.1.1. Para o fornecimento dos itens 1 e 2 (água):

4.1.1.1.1. deverá ser entregue conforme necessidade desta AFEAM, sendo a entrega mínima de 100 (cem) unidades;

4.1.1.1.2. A empresa contratada precisará aceitar qualquer modelo de garrafão para efetuar a troca de garrafões vazios por cheios. Atualmente, a AFEAM utiliza garrafões da marca Água Boa.

4.1.1.1.3. O valor do vasilhame (garrafão) não deverá ser acrescido ao preço do item 1, tendo em vista que os garrafões serão fornecidos pela AFEAM.

4.1.1.2. da qualidade do produto:

- a) O líquido da água mineral natural, sem gás, deve atender às características microbiológicas e não conter concentrações acima dos limites máximos permitidos das substâncias químicas prejudiciais à saúde, estabelecida em Regulamento Técnico próprio, especialmente, a Instrução Normativa nº 161, de 01/07/2022, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);
- b) A embalagem, retornável, deve ser isenta de danos físicos como amassamentos, fissuras ou qualquer outra avaria que possa comprometer a qualidade da água mineral natural e, ainda, deve atender às especificações da Anvisa e às normas ABNT NBR nº 14.222/2019 - Embalagem plástica para água mineral e potável de mesa - Garrafão retornável - Requisitos e métodos de ensaio e NBR nº 15.395/2006, que estabelece os requisitos mínimos de qualidade e os métodos de ensaio exigíveis para garrafas sopradas de PET, personalizadas ou genéricas, não retornáveis, destinadas ao acondicionamento de refrigerantes e águas, e em legislação específica;
- c) O garrafão deve possuir lacre de segurança, aparência limpa, isenta de manchas, alterações de cor, ranhuras, rachaduras, emendas e amassamentos, bem como não poderá possuir nenhum tipo de resíduos e odores. O gargalo não poderá possuir qualquer tipo de deformações internas ou externas;
- d) A vida útil do garrafão retornável deverá ser de no máximo até 3 (três) anos, nos termos da ANVISA.
- e) Deverá constar no rótulo: marca, data de fabricação e o prazo de validade a partir da data do envase. Os vasilhames deverão ser entregues novos e limpos.

4.1.1.3. Dos Prazos:

a) Prazo de validade do produto:

- a.1) Para o item 1: de no mínimo 90 dias contados a partir da data de entrega.
- a.2) Para o item 2: de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data de entrega.
- b) Prazo para entrega dos produtos: 48 (quarenta e oito) horas a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento - AF.

4.1.2. Os licitantes deverão apresentar proposta de preços de acordo com tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	QTD	UNID FORNE CIMENTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
VALOR TOTAL						

4.2 Informar necessidade de visita técnica:

4.2.1. Não há necessidade de visita técnica.

5. FORMA DE CONTRATAÇÃO: MODALIDADE

5.1. Modalidade de licitação:

5.1.1 Procedimento na Modalidade Similar ao Pregão Eletrônico.

5.2. Critério de julgamento das propostas:

5.2.1. O critério de julgamento será de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

5.3. Critério de adjudicação/ seleção do fornecedor

5.3.1. O critério de adjudicação será por item.

5.4. Opção pela utilização ou não do Sistema de Registro de Preços

5.4.1. Deverá ser utilizado o Sistema de Registro de Preços.

5.5. Permissão ou vedação quanto à participação de consórcios

5.5.1. Não será permitida a participação de consórcios.

5.6. Permissão ou vedação quanto à participação de cooperativas;

5.6.1. Será permitida a participação de cooperativas.

6. ACOMPANHAMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Os produtos objeto deste estudo (água mineral), serão solicitados conforme demanda, contados a partir da data de assinatura do(s) contrato(s) com a(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, e será(ão) entregue(s) conforme a necessidade da AFEAM, mediante a emissão de Autorização de Fornecimento – AF, devidamente assinada pelo Coordenador de Patrimônio e pelo Gerente Administrativo.

6.2. Nas solicitações de demanda, a AFEAM encaminhará Autorização de Fornecimento - AF à **CONTRATADA**, contendo todas as informações necessárias à entrega;

6.3. Após a solicitação da AFEAM, a empresa terá o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento - AF;

6.3.1. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.



6.4. Os produtos solicitados deverão ser entregues na sede da AFEAM, situada nesta cidade, na Av. Constantino Nery nº 5733 – Bairro Flores, Manaus - AM, devidamente acompanhada de Nota Fiscal, a ser conferida e atestada pelo setor de patrimônio.

6.4.1. Os dias de entrega são de segunda a sexta, das 8:30 às 12:00 e das 13:00 às 16:00, devendo a Contratada realizar um pré-agendamento com o Setor de Patrimônio da AFEAM, através do telefone (92) 3655-3088 ou (92) 3655 3093

6.5. Pelas características do objeto, não haverá necessidade de recebimento provisório do objeto;

6.6. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 12 (doze) horas, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.7. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação por meio de termo circunstanciado, mediante a análise e aprovação dos seguintes documentos:

I. Nota Fiscal ou Fatura do (s) material (is) entregue (s);

II. Recibo, que poderá ser substituído por comprovante de pagamento emitido pelo financeiro da AFEAM;

III. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, e do FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, ambos em validade.

6.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Registrada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

7.1.1. O valor estimado para esta licitação é sigiloso, na forma do art. 34 da Lei nº 13.303/2016.

8. FORMA DE PAGAMENTO

8.1.1. O pagamento será efetuado após cada fornecimento feito conforme a demanda da CONTRATANTE em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal e ateste do fiscal técnico do contrato, que se dará mediante a apresentação dos documentos elencados no subitem 6.7 deste Termo.

9. REAJUSTE

9.1 Os preços registrados poderão ser alterados, por reajuste, apenas depois de decorridos 12 (doze) meses,

nos termos do artigo 190 e ss. c/c artigo 140 inciso VIII do RILC AFEAM.

9.2 O prazo mencionado no subitem 9.1 será contado a partir da data da proposta ou do orçamento a que ela se referir, nos casos de reajuste.

9.3 Os valores contratuais serão reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

9.4 Havendo necessidade de revisão por eventos imprevisíveis, caso fortuito ou força maior, com vistas a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, após a devida comprovação e demonstração analítica dos fatos e dos novos custos pelas partes, a mesma poderá ser feita mediante aditamento contratual, obedecidos os procedimentos constantes do artigo 200 c/c artigo 140 inciso VIII do RILC AFEAM.

10. PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA

10.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que, cumulativamente, seja demonstrado preço vantajoso, haja saldo de quantidades não consumidas e concordância do Beneficiário da Ata, nos termos previstos no artigo 144 do RILC/AFEAM;

10.2 A vigência dos contratos decorrentes do SRP será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, de acordo com a legislação vigente.

10.3 As contratações decorrentes de SRP deverão ser formalizadas no curso de vigência da respectiva Ata de Registro de Preços.

11. REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. Não se aplica. Os materiais adquiridos serão fornecidos integral ou parceladamente pelo fornecedor, de acordo com a solicitação da AFEAM, a ser materializada por meio da Autorização de Fornecimento – AF.

12. AMOSTRAS

12.1. Não haverá exigência de amostras para a presente contratação.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Cumprir fielmente o objeto do contrato;

13.2. Manter em estoque os produtos adjudicados, para entrega no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, conforme estabelecido na Autorização de Fornecimento – AF da CONTRATANTE;

13.3. Entregar os produtos de acordo com o pactuado;

13.4. Indicar nome e telefone para comunicação e notificação para atendimento das demandas, bem como esclarecimentos de dúvidas de qualquer natureza quanto aos produtos objeto do contrato;

- 13.5.** Responsabilizar-se por todo o ônus referente à entrega dos produtos no almoxarifado da AFEAM;
- 13.6.** Responsabilizar-se pela troca de produtos, ocasionalmente com defeito, efetuando a permuta, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir do conhecimento do defeito, através de comunicação escrita emitida pela Coordenadoria de Patrimônio da AFEAM;
- 13.7.** Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;
- 13.8.** Fornecer e colocar à disposição da CONTRATANTE todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à consecução do objeto do contrato;
- 13.9.** Guardar sigilo absoluto sobre dados e informações contidos nos arquivos, documentos ou em qualquer outro sistema de informações a que tiverem acesso;
- 13.10.** Reparar, corrigir, no total ou em parte, o objeto deste contrato, em que se verificarem incorreções resultantes da execução;
- 13.11.** Atender prontamente as instruções do fiscal do contrato inerentes à execução do objeto contratual, quanto ao horário e local de execução do objeto do contrato, permanência e circulação de pessoas no prédio da CONTRATANTE, dentre outras, devendo instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;
- 13.12.** Apresentar a licença ambiental ou dispensa, caso não seja obrigada pela atividade que exerce;
- 13.13.** Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE, bem como por toda e qualquer alteração relativa à incidência de impostos, não cabendo à CONTRATANTE qualquer ônus ou ação judicial;
- 13.14.** Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 13.15.** Pagar todos os tributos, contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias que incidem ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1.** Permitir à CONTRATADA executar o objeto do contrato;
- 14.2.** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a boa e fiel execução do objeto do contrato;
- 14.3.** Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato e efetuar os pagamentos nas condições e

preços pactuados, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

14.4. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

14.5. Nomear Fiscais Técnico e Administrativo, bem como seus substitutos do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

14.6. Rejeitar o objeto executado em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, exigindo imediata correção ou substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções na execução, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei e no contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE;

14.7. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relevante relacionada com o objeto do contrato;

14.8. Realizar as retenções legais e recolhê-las para os órgãos competentes.

15. EXIGÊNCIAS PARA CONTRATAÇÃO

15.1. Critérios de Habilitação Jurídica

15.1.1. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso consistirá em:

- I. Registro comercial, no caso de licitante empresa individual;
- II. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais ou cooperativas, no que se aplicar. No caso de sociedades por ações e cooperativas, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;
- III. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;
- IV. Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir;
- V. Nos termos do art. 28 da Lei nº 5.764, de 16/12/1971, tratando-se cooperativa, a licitante deverá apresentar Ata da Fundação e Estatuto Social em vigor, com a Ata da Assembleia que o aprovou. O Estatuto deverá comprovar a constituição obrigatória de:
 - a) Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10% (dez por cento) pelo menos, das sobras líquidas do exercício, e
 - b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.

VI. Independente da forma de constituição da empresa licitante, a mesma deverá apresentar documento de identificação pessoal (RG) de seu(s) representante(s) legal(is):

a) Para representação por meio de instrumento de procuração, a Licitante deverá apresentar, além da documentação pessoal do procurador, o Instrumento Particular, com firma reconhecida, ou Público de Procuração, em validade, que deve outorgar ao representante, poderes gerais para a prática de todos os atos inerentes ao Procedimento Similar ao Pregão Eletrônico, especialmente para formular ofertas e lances de preços, em nome do licitante representado. No caso de Instrumento particular de procuração, deverá ficar comprovado que o subscritor da procuração tem poderes para tal delegação por meio de cópia autenticada do contrato social e ou outro documento constitutivo.

15.2. Critérios de Qualificação Técnica

15.2.1. Serão solicitadas as seguintes documentações para a comprovação de qualificação técnica:

I - Apresentação de um ou mais atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado informando que o licitante já executou objeto compatível e pertinente em quantidades, características e prazos com o objeto da licitação, correspondente à 10% (cinquenta por cento) do quantitativo previsto no instrumento convocatório, sendo admitido o somatório de atestados sempre que não houver prejuízo para a demonstração da qualificação.

15.3. Critérios de Qualificação Econômico-Financeira

15.3.1. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se a:

I. Apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante.

II. Apresentação de balanço patrimonial do último exercício social e demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei, que comprovem boa situação financeira, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; e

15.3.2. A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita por meio da apresentação dos índices abaixo, podendo ser apresentada por meio de Declaração de Capacidade Financeira:

- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b) Caso não atendido os índices na forma do item anterior, comprovar capital mínimo ou Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

15.4. Regularidade Fiscal

15.4.1. A documentação relativa à regularidade fiscal consistirá em:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- II. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; e,
- III. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

16. CONTRATO

16.1. As cláusulas referentes à presente contratação estarão descritas na Minuta do Instrumento equivalente ao Contrato, anexo do Edital de Procedimento na Modalidade Similar ao Pregão Eletrônico.

17. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

17.1. A empresa vencedora observará as disposições da legislação vigente que rege a comercialização do objeto contratado.

17.2. A fim de prevenir possíveis impactos ambientais, a empresa vencedora deverá:

17.2.1. observar as normas de sustentabilidade ambiental previstas na legislação vigente, se necessário;

17.2.2. utilizar somente garrações que possuam selo ou rótulo aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, constando o nome da fonte, a natureza da água, a localidade, a data e número de concessão de lavra, o nome e o endereço do concessionário, as constantes físico-químicas, a composição analítica e a classificação, além de dados como volume de conteúdo e indicação do mês e ano do engarrafamento, e ainda o prazo de validade que são informações obrigatórias para todas as águas engarrafadas;

17.2.3. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável; e

17.2.4. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

18. PENALIDADES

18.1. Pelo atraso ou pela inexecução total ou parcial injustificados do objeto do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa, na forma prevista neste Contrato; e

III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por até 2 (dois) anos.

18.2. As sanções previstas nos incisos I e III, do item 18.1, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso

II.

18.3. A aplicação da sanção de advertência importa em sua comunicação à CONTRATADA, devendo ser informada no sistema cadastral correspondente ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, bem como ocorrer o seu registro junto aos documentos contratuais.

18.3.1. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a AFEAM e/ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da rescisão contratual.

18.4. No caso de inexecução parcial, incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da AFEAM;

18.5. No caso de inexecução total, incidência de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da AFEAM;

18.6. A sanção de multa será aplicada na execução do contrato, quando a CONTRATADA cometer alguma das infrações constantes da "Tabela 1 - Grau de infrações", respeitada a dosimetria atribuída a sua respectiva gravidade, assim como os percentuais de multa dos graus de infração, por tempo de incidência ou ocorrência, constantes na "Tabela 2 - Valor das Infrações por Grau";

Tabela 1: Grau das Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	04
02	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a entrega dos produtos e/ou serviços contratuais.	03
03	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados.	03
04	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização.	02
05	Deixar de zelar pelas instalações da CONTRATANTE utilizadas.	03
06	Utilizar as dependências da AFEAM para fins diversos do objeto do contrato.	03
07	Retirar das dependências da CONTRATANTE qualquer equipamento ou material que não seja de sua propriedade ou que esteja previsto em contrato, sem autorização prévia do gestor/fiscal do contrato.	03
08	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da CONTRATANTE.	02



09	Deixar de atender às demandas e solicitações da CONTRATANTE nos prazos e horários estabelecidos em Comunicados, no Edital e seus Anexos.	02
10	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas.	01
11	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta Tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela CONTRATANTE.	02
12	Não entregar a amostra do equipamento ou produto, quando solicitado.	02
13	Não entregar os equipamentos, produtos e/ou prestar os serviços contratados na data avençada.	04
14	Paralisação da obra, serviço ou fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE.	04
15	Reincidir em qualquer das infrações cometidas, após notificação da CONTRATANTE, por item e por ocorrência.	04

Tabela 2: Aplicação de multas para serviços comuns ou aquisições:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,1% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
02	0,3% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
03	0,6% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
04	1,0% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato

18.7. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE será aplicada nos casos estabelecidos no artigo 245 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da AFEAM – RILC AFEAM, disponível no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.afeam.am.gov.br/>>, na forma estabelecida nos artigos 252 a 256.

19. GARANTIA

19.1. Não é prevista a exigência de garantia contratual, visto que se trata de aquisição de material de consumo. Caso ocorra alguma indisponibilidade na entrega do material por culpa da CONTRATADA, já é previsto em cláusula contratual multa por descumprimento do contrato, conforme demonstrando no item 18.4.



20. APROVAÇÃO

20.1. A Equipe de Planejamento da Contratação declara que este Termo de Referência relacionado ao DOD nº 81/2024 está de acordo com a Lei nº 13.303/2016, bem como com o RILC-AFEAM.

Manaus, 22 de outubro de 2024.

Júlia Maria Garcia Castro
Especialista de Fomento/GERAD-APOIO
Mat. 783

Maria Cristina Terço dos S. da Silva
Assessora/GERAD-APOIO
Mat. 318

Márcia Campelo da Silva
Assessora/GEPEC
Mat. 596

Ívia Victória M. Lima de Mattos
Especialista de Fomento /GEPEC
Mat. 784

De acordo,

Manaus, de de 2024.

Aprovação da área Administrativa

JACQUES DOUGLAS MOTA GONÇALVES
Gerente da GERAD

APROVO,

Manaus, de de 2024.

Autoridade Competente

MARCOS VINICIUS CARDOSO DE CASTRO
Diretor-Presidente